



Pedro Franco/Agência Senado



Senadores Viana, Eunício e Collor participam do debate sobre o papel dos parlamentos e o direito à água

Manifesto parlamentar pede água para todos

O manifesto resultante da Conferência Parlamentar realizada ontem, paralelamente ao 8º Fórum Mundial da Água, recomenda que o livre acesso à água potável seja considerado um direito humano fundamental garantido em todas as constituições do

planeta. Mais de 100 parlamentares de 20 países assinaram o documento, que também estabelece compromisso de todos com a segurança hídrica e a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico. **2**

Plenário aprova mais verba para preservar rios

Projeto, que agora vai para a Câmara, estabelece que ao menos 50% da cobrança pelo uso da água seja destinada à conservação das bacias hidrográficas

Os senadores aprovaram projetos que tratam do uso sustentável da água. Um deles muda o destino do dinheiro arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Metade terá que ir para obras que aumentem a quantidade e a qualidade da água dos rios.

Senadores acatam obrigatoriedade de torneiras automáticas

Proposta que incentiva construção de casa sustentável vai à Câmara

3

Falta recurso para revitalização do São Francisco, diz ministro

O desafio do projeto de revitalização do Rio São Francisco é financeiro, afirmou ontem o ministro de Integração Nacional, Helder Barbalho,

em audiência no Senado. Segundo ele, a previsão do governo é conseguir verbas a partir de multas do Ibama e da privatização da Eletrobras. **7**

Roque de Sá/Agência Senado



Senadora Fátima Bezerra ouve explicações do ministro Helder Barbalho



Marcos Oliveira/Agência Senado

Davi Alcolumbre e Roberto Rocha durante aprovação do relatório da CPI

CPI do BNDES propõe limites à aquisição de ativos no exterior

No relatório final aprovado ontem, a CPI do BNDES propôs um projeto determinando limites para os bancos federais de desenvolvimento

adquirirem ativos no exterior e participação em empresas estrangeiras. A proposta também cria regras de transparência para as operações. **4**

Especialistas cobram mais estrutura para segurança

Participantes de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos sobre a segurança pública no Brasil afirmaram que a situação atual não é sustentável. Eles cobraram mais estrutura, atenção ao jovens e modernização das leis sobre o setor. **4**

Alto spread dos bancos precisa ser reduzido, aponta debate

Em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, especialistas defenderam a correção de distorções que levam os bancos brasileiros a manter alto *spread* — a diferença entre a remuneração que pagam aos aplicadores e a taxa que cobram pelos empréstimos. **5**

Debatedores defendem mudança de cultura pela igualdade de gênero

Participantes de debate na Comissão de Constituição e Justiça pediram uma mudança cultural no país para que as questões de gênero possam ser discutidas em busca da igualdade entre homens e mulheres. Presidindo o debate, Antonio Anastasia defendeu a busca de uma cultura de paz e de reconhecimento de direitos. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Anastasia (2º à esq.): Constituição de 88 foi marco positivo para os direitos da mulher, mas ainda há muito a conquistar

Sessão temática discute notícias falsas na web **7**

Comissão analisará projetos que endurecem penas **3**

Emenda pode dar garantia a servidor da Eletrobras **5**

Audiência ressalta importância de polinizadores **7**

Falta escolar por motivo religioso volta à Câmara **6**

Manifesto parlamentar reforça direito à água

Documento final da conferência, que reuniu representantes de Legislativos de 20 países, defende o compromisso dos parlamentos com a segurança hídrica em todo o mundo

O LIVRE ACESSO à água potável é um direito humano fundamental que precisa estar garantido em todas as constituições do planeta, diz o manifesto resultante da Conferência Parlamentar realizada ontem, terceiro dia do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília. Mais de 100 parlamentares de 20 países assinaram o Manifesto Parlamentar ao final do encontro, ressaltando o papel fundamental dos parlamentos para que o direito à água seja protegido nas legislações.

O documento também estabelece compromisso dos parlamentares com a segurança hídrica, a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, o aperfeiçoamento da governança democrática da água e o compartilhamento pacífico e justo desse bem entre as nações e dentro dos países.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ressaltou que o diálogo entre as instituições públicas, interna ou externamente, é fundamental para que avance não só no direito à água e ao saneamento potável, mas também no direito à justiça.

— Assegurar a água como direito humano fundamental é papel de todos nós — disse.

A ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva lembrou que há atualmente muitos problemas migratórios pelo planeta, que ocorrem devido à escassez de água.

— Trata-se de uma crise civilizatória. Uma crise que se combina de cinco crises: econômica, social, ambiental, política e outra de valores. Essa crise vai requerer de nós trabalhar as dimensões da sustentabilidade: econômica, social, cultural e ambiental, mas também política e ética.



Regina Sousa lamenta destruição de rios e destaca evento alternativo

No Plenário do Senado, Regina Sousa (PT-PI) disse que 4 mil pessoas impossibilitadas de participar do evento principal organizaram o Fórum Alternativo das Águas. Entre elas, atingidos por rompimento de barragens e pela morte de rios.

Jorge Viana defende proposta que transforma acesso a recurso em direito humano

Jorge Viana (PT-AC) defendeu a proposta de sua autoria que estabelece a água como um direito humano. A PEC 4/2018 encontra-se na CCJ e garante aos cidadãos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.



Otto Alencar denuncia situação dramática do São Francisco e afluentes

As calhas do Rio São Francisco e de seus principais afluentes estão completamente assoreadas, lamentou Otto Alencar (PSD-BA). O senador afirmou que isso impede que as chuvas, mesmo que em grande quantidade, sejam devidamente aproveitadas.

Paulo Rocha demonstra preocupação com despejo de dejetos tóxicos no Rio Pará

O despejo ilegal de dejetos tóxicos no Rio Pará pelo conglomerado norueguês Norsk Hydro, do ramo da mineração, foi criticado por Paulo Rocha (PT-PA). Para o senador, o pedido oficial de desculpas feito pela empresa não basta. Ele pediu medidas contra os danos à população e à floresta.



Vanessa critica privatização de sistemas de abastecimento e saneamento

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou os planos de privatização dos sistemas de abastecimento e saneamento. Também condenou a ideia de venda das estatais do setor elétrico, o que, para ela, resulta na privatização do controle dos recursos hídricos.

Debatedores defendem mais verbas, plano de ação e mudanças em legislações

Na abertura da conferência, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu mais recursos e ações concretas para minimizar o problema.

Ele destacou que o Brasil está no centro dos debates por possuir 12% da água doce do planeta e que precisa buscar soluções de acesso e compartilhamento da água.

— Nós temos que revitalizar nascentes, temos que ter recursos, e não apenas discursos para tratarmos dessa questão de sobrevivência da humanidade.

O presidente da subcomissão que acompanha o fórum, senador Jorge Viana (PT-AC), enfatizou a oportunidade concreta para aprimorar a legislação das nações. Para ele, é fundamental estabelecer a água como direito humano e, a partir daí, mudar as políticas públicas.

— Há um consenso. Ou nós trabalhamos políticas, legislações, ordenando o uso e o manejo da água, garantindo o acesso de todos a um bem que é sinônimo de vida, ou seguimos com doenças sendo em risco a vida no planeta.



Jorge Viana, Eunício Oliveira, Benedito Braga e Fernando Collor participam de debate com parlamentares

Água não pode ser vista como mercadoria — argumentou.

O presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, disse que não adianta a área técnica criar soluções e pensar no uso sustentável da água se não houver leis para regular os novos mecanismos. Por isso, reafirmou a importância da presença de parlamentares no evento.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores

(CRE), senador Fernando Collor (PTC-AL), ao sediar o evento, que pela primeira vez ocorre no Hemisfério Sul, o Brasil mostra a importância que dá ao tema.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) disse esperar que soluções para a escassez de água sejam apontadas ao final do fórum. Para ela, é impossível admitir que no século 21, no Piauí, as pessoas bebam água de qualidade duvidosa.

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu que a dessanilização da água poderia trazer soluções para a produção de alimentos no Nordeste.

Também participaram da abertura os senadores José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Hélio José (Pros-DF), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Wellington Fagundes (PR-MT) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Após conferência, participantes do evento fazem visita ao Congresso

Representantes de parlamentos visitaram o Congresso ontem, após a Conferência Parlamentar. Conduzida por Jorge Viana, a comitiva conheceu os Plenários do Senado e da Câmara.

Integrante do Parlamento Europeu, o deputado português José Inácio Faria elogiou a iniciativa do Senado.

— É louvável conseguir juntar

à mesma mesa decisões políticas e do Judiciário, além da participação de representantes da sociedade civil organizada.

Ovalda Joana, da Suprema Corte de Moçambique, crê que houve um avanço nas discussões sobre água.

— Houve acordo sobre como prosseguir a partir deste momento. A próxima legislação que surgir levará isso em conta.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Síndrome de Down

8h30 Audiência interativa destinada a celebrar o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down.

CAS Material escolar no Bolsa Família

9h Entre 15 itens, o PLS 122/2013, que autoriza crédito para material escolar a beneficiários do Bolsa Família.

CDR Produção de chocolate

9h Audiência interativa sobre produção de chocolate. Às 14h, novo debate.

CCJ Violência doméstica

10h O PLS 308/2016, que fixa prazo para profissional de saúde notificar casos de violência doméstica, é um dos 35 itens.

CSE Sugestão de audiência pública

11h Análise de requerimento.

CTEC Programas de fidelidade

11h Na pauta a 8 itens, o PLS 642/2015, sobre programas de fidelidade.

SESSÃO TEMÁTICA Notícias falsas

13h Debate sobre fake news.

CDH Brinquedos adaptados

14h O PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para criança com deficiência em shoppings, está na pauta de 24 itens.

CRE Brasil e Marrocos

14h Audiência conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos para discutir temas de interesse comum.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta o PLC 178/2017, sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal.

CI Outorga para ferrovia

14h30 Audiência sobre a renovação da outorga da Estrada de Ferro Carajás.

CÓDIGO COMERCIAL Desburocratização

14h30 Audiência sobre simplificação e desburocratização de empresas.

MP 809/2017 Compensação ambiental

14h30 Audiência com os presidentes do ICMBio e do Ibama, entre outros.

MP 810/2017 Setor de informática

14h30 Audiência com representantes do Itamaraty e do TCU, entre outros.

MP 814/2017 Privatização da Eletrobras

14h30 Análise do plano de trabalho.

MP 811/2017 Petróleo do pré-sal

15h Audiência interativa com representantes do Ministério de Minas e Energia e do BNDES, entre outros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovados incentivos ao uso sustentável da água

Três projetos voltados à preservação de recursos hídricos foram acolhidos ontem em Plenário e seguem ou para a sanção presidencial ou para análise dos deputados

ONTEM, DIA EM que o 8º Fórum Mundial da Água abrigou um seminário sobre o papel dos parlamentos no direito à água, o Plenário do Senado aprovou três propostas que asseguram o uso sustentável da água e garantem investimentos na preservação dos recursos hídricos.

Um dos textos aprovados pelos senadores foi o PLS 770/2015, que estabelece que o dinheiro oriundo da cobrança pelo uso de recursos hídricos seja destinado a obras para aumentar a quantidade e a qualidade da água dos rios.

A proposta foi apresentada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) como conclusão do relatório sobre a avaliação de políticas públicas sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, feita pela comissão ao longo de 2015. O projeto vai agora para a Câmara dos Deputados.

A atual legislação define que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e no financiamento de estudos, programas, projetos e obras.

Gerenciamento

A lei permite que se use até 7,5% do total arrecadado em pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Não há, entretanto, definição de percentual máximo a ser aplicado em estudos e no planejamento de programas ou de percentual mínimo a ser destinado a obras concretas.

O projeto aprovado ontem assegura que ao menos 50% da verba seja destinada a obras como construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte ou locação de bens para preservação das bacias hidrográficas.



Eunício destaca que o Senado aprovou projetos voltados para o meio ambiente, "pauta relevante para o mundo"

Benefício para construção verde vai para a Câmara

Outra proposta aprovada na sessão de ontem prevê a concessão de incentivos fiscais para a construção de imóveis que tenham baixo consumo de água e aumento da eficiência energética. O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados.

O PLS 252/2014 prevê que a utilização de práticas sustentáveis de construção será incluída como diretriz da política urbana prevista no Estatuto das Cidades e estabelece ainda a divulgação dessas práticas em cam-

panhas educativas dirigidas à população.

De acordo com a proposta, as novas edificações de propriedade da União deverão adotar medidas para a redução dos impactos ambientais.

— A aprovação desse projeto representa um grande avanço na implementação de uma nova política urbana, que colabore com o desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida dos brasileiros — argumentou o relator do texto, senador

Hélio José (Pros-DF).

O projeto tem origem em sugestão feita pelas estudantes Ana Luiza Cabral Laet, Andrisley Kelly Pereira da Silva, Daniele Verza Marcon e Verônica Vicente Monteiro, que participaram da edição de 2013 do Programa Jovem Senador.

Na sugestão apresentada, as jovens afirmaram que a adoção de padrões sustentáveis nas construções contribuirá para reduzir problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Torneira automática pode ser exigida em banheiro coletivo

De acordo com o PLC 51/2014, o uso de torneiras com dispositivo de desligamento automático será obrigatório em todos os banheiros de uso coletivo, tanto em prédios públicos quanto privados. Após a aprovação no Plenário do Senado, o projeto agora vai para a sanção.

De acordo com o projeto, todos os banheiros de uso coletivo localizados em edifícios públicos, comerciais e residenciais construídos

após a aprovação da lei deverão ter torneiras com o dispositivo de vedação automática de água.

A fiscalização do cumprimento será feita por órgãos municipais. Os novos edifícios que não seguirem a regra não receberão o habite-se.

Autor da proposta aprovada, o deputado federal Lincoln Portela (PR-MG) explica que o objetivo é diminuir o risco de colapso no abastecimento hídrico.

Antes de ser aprovado pelo Plenário, o texto passou por três comissões do Senado. Nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), os pareceres recomendaram a sua aprovação, com emenda de redação para deixar claro que banheiros residenciais não precisavam seguir a regra. Já na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o parecer foi pela rejeição da proposta.

Os senadores também aprovaram no Plenário o PLS 252/2014, que trata de incentivos fiscais para imóveis construídos segundo projetos arquitetônicos que favoreçam a redução do consumo de água e o aumento da eficiência energética, e o PLC 51/2014, que torna obrigatória a instalação

de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros destinados ao uso público (*leia mais nos textos acima*).

A elaboração de uma pauta ambiental foi acertada entre os senadores para coincidir com o Fórum Mundial da Água. A oitava edição do fó-

rum, em Brasília, começou no fim de semana e termina na sexta-feira.

O Senado acompanha o evento e participa ativamente por meio de uma subcomissão criada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e presidida pelo senador Jorge Viana (PT-AC).

Eunício: projetos ambientais mostram sintonia com a sociedade

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que a questão ambiental é uma pauta "extremamente relevante para o Brasil e para o mundo". Ele comemorou a aprovação no Plenário de três propostas que incentivam o uso sustentável da água.

— Aprovamos essa pauta, mostrando que o Senado está sintonizado com o que pensa a sociedade. São projetos de suma importância para a segurança hídrica e para a população.

Os projetos aprovados tratam de obras para aumentar a quantidade e a qualidade da água dos rios, de incentivos para que imóveis sejam construídos com dispositivos que reduzam o consumo de água e da obrigatoriedade da presença de torneiras com desligamento automático em banheiros de uso público (*veja ao lado*).

Eunício lembrou que seu estado, o Ceará, enfrenta sete anos consecutivos de seca, com sérias repercussões no abastecimento de água.

Ele também disse que "não há condições de fazer a privatização da Eletrobrás" sem separar parte desses recursos para um programa de revitalização de rios e nascentes.

O presidente do Senado informou que participou de uma reunião no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília. Segundo Eunício, a presença de 150 parlamentares de várias partes do mundo e de 70 mil pessoas do público geral mostra a importância universal do tema. Ele destacou que é a primeira vez que um país do Hemisfério Sul recebe o evento.

Plenário envia para comissão projetos que endurecem penas

O Plenário decidiu ontem enviar para a Comissão de Direitos Humanos (CDH) o PLC 140/2017 e o PLS 499/2015, ambos relacionados à segurança pública. O requerimento foi apresentado pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

O PLC 140/2017 dá fim à atenuação de penas para quem tem de 18 a 21 anos. O PLS 499/2015 aumenta os prazos para a concessão de benefícios para os condenados por crimes hediondos e restabelece o exame criminológico para a progressão do regime da pena.

Anulação de sessão sobre acordo aéreo é rejeitada

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, indeferiu ontem questão de ordem apresentada por Lindbergh Farias (PT-RJ) para a anulação da sessão que aprovou acordo sobre espaço aéreo entre Brasil e Estados Unidos.

No dia 7 de março, o Plenário votou o acordo, assinado em 2011. Segundo Lindbergh, com

poucos senadores na sessão, Roberto Requião (PMDB-PR) pediu verificação de quórum, o que faria com que a votação se desse no painel eletrônico. João Alberto negou o pedido porque não havia o apoio necessário de três senadores.

Eunício disse que consultou a Secretaria-Geral da Mesa e assistiu ao vídeo da votação,

que mostra apenas dois senadores apoiando o pedido, Lindbergh e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Com base nas informações e no vídeo que me foi apresentado com a conclusão da Secretaria-Geral da Mesa, indefiro a questão de ordem.

Lindbergh afirmou que recorrerá à CCJ.

CPI propõe regras de gestão para evitar fraude no BNDES

Comissão aprovou ontem relatório, que vai para os Plenários da Câmara e do Senado. Sugestões incluem a criação de grupo interno para apurar irregularidades e a proibição de o banco adquirir ativos no exterior

OS BANCOS FEDERAIS de desenvolvimento terão limites para adquirir ativos no exterior e participação em empresas estrangeiras. Além disso, serão obrigados a seguir regras de transparência nas operações.

É o que prevê o projeto de lei apresentado no relatório final que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES aprovou ontem. Redigido pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), o relatório agora será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

De acordo com o projeto, será criada a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), a ser emitida pelo BNDES e por outros bancos de desenvolvimento. Os recursos captados por meio da LCD não estarão sujeitos a recolhimentos e depósitos compulsórios, a encaixe e vinculação obrigatórios determinados pelo Banco Central nem a recolhimento de valores ao Fundo Garantidor de Créditos.

O relatório da CPI também recomenda a aprovação do PLS 7/2016 — Complementar, do senador Lasier Martins (PSD-RS), que proíbe o sigilo bancário nas operações de crédito

do BNDES. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relatório sugere ao BNDES que crie uma comissão interna para apurar irregularidades na aplicação de recursos do banco pelos estados. A comissão também deverá estabelecer mecanismos para que mudanças na finalidade ou no uso pretendido de cada obra seja previamente acordado com o BNDES.

Lucros

O texto aprovado pela CPI recomenda que se regulamente a possibilidade de estados e municípios oferecerem direitos referentes aos fundos de participação como garantia dos empréstimos. Também propõe critérios na concessão de empréstimos a estados e municípios com aval da União.

O relatório sugere que o BNDES adote como padrão de conduta em cada financiamento a análise e a divulgação dos objetivos a serem atingidos. Para efeito da concessão de participação no lucro a diretores e empregados do BNDES, deverá ser levado em conta não só o lucro contábil, mas

também o cumprimento das metas dos financiamentos.

Na discussão do projeto, Lasier destacou que os empréstimos do BNDES envolvem verba pública oriunda do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que o projeto reconhece o papel que o BNDES deve cumprir e aperfeiçoa os mecanismos internos de gestão e governança.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), por sua vez, apontou o esvaziamento dos bancos públicos, entre eles o BNDES, mas ressaltou que o projeto avança na transparência.

A CPI do BNDES foi instalada em agosto para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos no programa de globalização das companhias nacionais e nas operações voltadas ao desenvolvimento dos estados.

A comissão de inquérito ouviu representantes do banco, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os empresários Eike Batista e Wesley e Joesley Batista.



Berenice Giannella, Fábio Félix, Paim, Denise Menezes e Renato Martins

Debatedores pedem estrutura para segurança pública no país

A situação da segurança pública no Brasil não é sustentável e, para mudá-la, o setor precisa de mais estrutura e da modernização das leis, de acordo com os participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizado ontem.

Para o professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do sistema socioeducativo Fábio Félix, a visão de que mais armas, mais policiais e mais prisões garantiriam mais segurança está ultrapassada. É preciso fazer o contrário: estender os direitos humanos a todos.

— A quem serve destruir e deturpar a concepção e o significado de direitos humanos? Direitos humanos nada mais são do que os direitos de todos nós que estamos nessa sala aqui hoje, policiais, cidadãos, servidores públicos.

Félix criticou a proposta de redução da idade penal, hoje de 18 anos.

— Precisamos levar essa juventude que a gente está jogando no sistema carcerário para um sistema socioeducativo que funcione. Precisamos tratar, atender a nossa juventude — defendeu.

A secretária dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Berenice Giannella,

disse que a participação de adolescentes é inferior a 5% no total de crimes que vão a julgamento. Ela compartilhou a experiência da Fundação Casa, em São Paulo, que enfrentou 35 rebeliões de janeiro a maio de 2005, e apenas uma rebelião em 2009.

— Nós estancamos as fugas e as rebeliões, e fizemos isso como? Não foi só melhorando a segurança. Foi especialmente com um melhor atendimento. Todos os jovens em São Paulo têm direito à escolarização formal, que é fornecida pela secretaria de Educação — relatou.

Valorização

A 2º sargento da Polícia Militar de Goiás Denise Brasil Menezes destacou que é preciso melhorar as corporações e valorizar os profissionais.

— Precisamos de uma segurança pública estruturada, bem equipada, bem remunerada, com valorização dos profissionais. A Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro, lutava diariamente por uma sociedade, por um mundo melhor. E como Marielle, os policiais também lutam diariamente contra essa criminalidade. E não somente no seu horário de trabalho, no seu horário de folga também — afirmou.

Humberto critica intervenção federal no Rio

Humberto Costa (PT-PE) criticou a intervenção federal no Rio de Janeiro, a destinação de R\$ 1 bilhão para o recém-criado Ministério da Segurança Pública e a ausência de ações do governo contra a criminalidade nos demais estados e no Distrito Federal.

— É um privilégio ao Rio e uma discriminação com o resto do país. É um custo altíssimo que o Brasil está pagando para manter uma intervenção inventada pelo governo, cuja única finalidade é buscar a popularidade para as eleições.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Telmário: violência em RR aumentou pelos imigrantes

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou que a falta de apoio do governo federal para assegurar condições mínimas aos refugiados venezuelanos que chegam a Roraima é o motivo para o aumento da violência no estado.

— Pior, agora está acontecendo também em Pacaraima e em Boa Vista. Eu não sei se por índole ou pela fome, os venezuelanos entraram por um caminho que não [permite] mais a pacificação. É muito furto, muito assalto, prostituição e assassinato. Esse é o quadro hoje do estado de Roraima.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



Davi Alcolumbre, Roberto Rocha, Lasier Martins e Lindbergh Farias conversam em reunião da CPI do BNDES

Avança MP que autoriza socorro aos municípios

A Medida Provisória (MP) 815/2017, que autoriza o repasse de R\$ 2 bilhões aos municípios, foi aprovada ontem sem modificações pelos deputados e senadores da comissão mista responsável pela análise.

O texto define que a fatia de cada cidade será calculada segundo as proporções estabelecidas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os recursos devem ser aplicados preferencialmente em saúde e educação.

O deputado Décio Lima

(PT-SC) votou a favor da medida, mas ressaltou que os R\$ 2 bilhões só cobrem metade das perdas financeiras das prefeituras em 2017.

— A MP não resolve o caos orçamentário dos municípios, que tiveram um déficit de R\$ 4 bilhões no ano passado. A ajuda pode até amenizar a situação, porém os municípios continuarão com problemas gravíssimos neste modelo concentrador atual.

O presidente da comissão, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), avaliou que os

recursos vão dar um bom alívio às cidades:

— Os prefeitos poderão comprar, por exemplo, vacinas e remédios que estão em falta.

No dia 12, foi sancionado pelo presidente Michel Temer o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 1/2018, que abre crédito de R\$ 2 bilhões para os Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social. A nova lei viabiliza a aplicação da MP 815/2017.

A medida vai agora para o Plenário da Câmara.

Da Agência Câmara

Especialistas condenam alto *spread* bancário

Participantes de audiência pública apontaram a baixa concorrência como um dos motivos para que margens de lucro dos bancos brasileiros estejam entre as maiores do mundo

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA, DIFICULDADE para portabilidade de crédito, condutas anticompetitivas, risco com a alta inadimplência e a falta de um cadastro positivo de clientes são fatores que fazem com que o *spread* bancário no Brasil seja um dos maiores do mundo. A opinião é de especialistas ouvidos ontem em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O *spread* é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador e o quanto a instituição cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

O presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, Paulo Solmucci, disse que só dois países têm *spread* acima de 20% no mundo: Brasil, em torno de 39%, e Madagascar, que chega a 45%.

— É indecente. Uma questão de lesa-pátria, que provoca a mortalidade de empresas. Basta comparar a mortalidade das empresas aqui e lá fora e

comparar o lucro dos bancos brasileiros com a média no mundo. Em 2016, o *spread* brasileiro era sete vezes maior do que o da média mundial. É quase impossível empreender nesse cenário. Na nossa visão, a baixa concorrência é uma das responsáveis por isso.

Compartilhamento

A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, lembrou que o custo do risco compõe mais da metade do *spread*. E, no risco, estão incluídos não só a inadimplência, mas outros fatores, como insegurança jurídica dos contratos, encargos fiscais e custos operacionais e administrativos.

— O Brasil está fora dos padrões. O custo e o tempo necessário para se cobrar um crédito aqui, por exemplo, são muito maiores. São necessários 731 dias, em média, para recuperar o dinheiro num tribunal. Em outras nações, como a França,



Presidente da CAE, Tasso Jereissati (3º à esq.) conduz audiência que debateu saídas para a redução do *spread*

fica abaixo de 400 dias.

A especialista defendeu a importância do compartilhamento de dados sobre clientes, principalmente num cenário de alta inadimplência, pois, quando não se consegue diferenciar o bom do mau pagador, o bom acaba pagando pelo mau. Segundo ela, com a falta de informações para identificar o risco de diferentes tomadores, a taxa de juros do crédito reflete o risco do tomador médio.

— O mercado de crédito no Brasil sofre com a baixa disponibilidade de informações, comparado a outros países. Isso recai sobre o consumidor.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse ser preciso construir um sistema financeiro mais amigável e que estimule a energia empreendedora do brasileiro. Na opinião do senador, o país forma empreendedores que são desafiados a operar em condições as mais desfavorá-

veis possíveis, num ambiente de negócio extremamente hostil. Ele criticou também as altas tarifas bancárias cobradas pelas instituições, dizendo que o Brasil está fora da curva.

— Mesmo em segmentos sem risco, como o crédito consignado, há taxas de juros e *spreads* inexplicáveis. Há distorções imensas ainda que precisam ser combatidas.

Cooperativismo

Ao comparar taxas praticadas no Brasil e em outros países das Américas, José Pimentel (PT-CE) disse não ter dúvidas de que algo está fora do rumo. O senador também acredita que um dos problemas é a concentração. Ele defendeu a importância das cooperativas.

Pimentel sugeriu a Armando que incluía a elaboração de um estatuto do cooperativismo na agenda microeconômica em curso no Senado. O senador é o coordenador de um grupo de

trabalho que trata do assunto no âmbito da CAE.

— O que justifica essas distorções é a concentração, ou seja, a falta de mais atores que possam descentralizar a oferta de crédito no Brasil. O cooperativismo foi o que tivemos de novo desde a Constituição para enfrentar esse problema.

Na audiência, o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ênio Meinen, apresentou um panorama do setor, que tem mais de 12 milhões de beneficiários, o equivalente ao número de clientes do Santander, quinto maior banco do país.

Segundo ele, o crescimento da carteira de crédito foi de 80% nos últimos 5 anos, mesmo com crise econômica. Meinen lembrou ainda que só o Sicoob abriu 165 agências no ano passado e contratou 3 mil pessoas, ao contrário de outros bancos tradicionais que enxugaram pontos de atendimento.

Comparação

O <i>spread</i> mundo afora (2016)		Custo e tempo para recuperação judicial	
Madagascar	45%	País	Tempo (em dias)
Brasil	39,6%	Brasil	731
Peru	13,8%	Portugal	547
Uruguai	10,6%	Espanha	520
Moçambique	10,4%	Alemanha	499
Argentina	6,9%	China	496
Bolívia	6,5%	Finlândia	485
Rússia	5,6%	França	395
Alemanha	5,5%		
França	4,7%		
Austrália	3,2%		

Fonte: Unecs (para *spread*); Fonte: Oliver Wyman (para custo e tempo).

Servidores da Eletrobras podem ter estabilidade

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Eduardo Braga (PMDB-AM), informou que apresentará emenda para alterar o texto da medida provisória da desestatização da Eletrobras. Ele pretende garantir estabilidade de dois anos aos trabalhadores do setor elétrico, caso a privatização seja aprovada.

— Seria uma rede de proteção para os servidores — disse o senador, que também preside a comissão mista que analisa a MP 814/2017.

Braga conclamou a bancada

de senadores de estados do Norte e Nordeste (AM, RO, AC, RR, AP, PI e AL) afetados com a medida provisória a participar da reunião de hoje da comissão mista. Ele quer evitar a aprovação sem que sejam consideradas as características peculiares da Amazônia e dos trabalhadores que enfrentarão dificuldades em se recolocar no mercado.

Aviação

Na reunião de ontem, foi lido o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre

o PLS 428/2016, que incentiva a aviação regional ao ampliar de 800 mil para 1,2 milhão de passageiros por ano o limite de enquadramento como aeroporto regional na Amazônia Legal, dentro do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. A proposta também estabelece que a União deverá priorizar as rotas com origem ou destino nessa região na alocação de recursos do programa.

O projeto também prevê que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, particularmente aqueles destinados ao desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, sejam alocados prioritariamente pela União na área da Amazônia Legal.

Braga explicou ainda que não houve votações na CI porque grande parte dos integrantes da comissão está participando do Fórum Mundial da Água, evento realizado durante esta semana em Brasília.

Avança sistema de retransmissão gratuita para rádios da Amazônia

O Plenário aprovou ontem requerimento para urgência do projeto cria o Sistema de Retransmissão de Rádio da Amazônia, o RTR. Mais cedo, a proposta foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Pelo PLC 178/2017, emissoras de rádio em municípios da Amazônia poderão retransmitir gratuitamente a programação de outras rádios da mesma região.

Para o relator, Omar Aziz (PSD-AM), a manutenção de uma rádio é cara e, para o interior da Amazônia, torna-se uma vantagem poder retransmitir a programação de outra rádio maior, apenas incluindo um percentual de programação local de até 15%.

O projeto prevê que caberá ao Ministério das Comunicações a concessão de uma autorização em caráter precário e sem prazo para que essas rádios possam operar



Relator, Omar Aziz diz que medida vai beneficiar rádios do interior

na Amazônia. Será permitida a inclusão de publicidade local, desde que inserida no mesmo espaço ocupado na transmissão original.

Também foram lidos os relatórios dos PDSs 194 e 195, de 2017, que outorgam as permissões de dez anos de rádios FM para a Universidade Federal de Goiás operar em Trindade (GO) e para a Rádio e Televisão Tiradentes operar em Belém (PA).



Braga quer estabilidade de dois anos para trabalhadores após privatização

Confirmado texto sobre religião e falta escolar

Projeto, que volta à Câmara por ter sido modificado, assegura a estudantes de escolas públicas ou privadas o direito de não comparecer a aulas e provas por motivo religioso

A COMISSÃO DE Educação (CE) confirmou, em turno suplementar, a aprovação da proposta que regulamenta a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer a determinada atividade em razão de crença religiosa ou liberdade de consciência.

A proposta tinha votação final na CE, mas como foi modificado, retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.

De acordo com o PLC 130/2009, fica assegurado a alunos de instituições públicas ou privadas, em qualquer nível, o direito de ausentar-se de prova ou aula marcada para data em que, segundo seus preceitos religiosos, seja proibido o exercício de atividades.



Marta comanda a votação do projeto que autoriza aluno a não comparecer a aula em razão de sua religião

O exercício desse direito fica condicionado à apresentação de um requerimento contendo os motivos alegados.

O relator na CE, senador Pedro Chaves (PRB-MS),

acrescentou ao substitutivo de Paulo Paim (PT-RS), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mudanças sugeridas em audiência pública realizada pela comissão. Uma

das alterações é a retirada do dispositivo que mantinha o limite de 25% de faltas, já incluindo as que ocorrerem por motivos religiosos. “A manutenção dessa cláusula

seria proibitiva à liberdade de credo”, argumenta.

O texto prevê que o aluno estará sujeito a contrapartidas para ter direito a se ausentar de prova ou de aula.

Alternativas

A critério da instituição de ensino, desde que não resulte em custos para o estudante, poderá ser realizada nova prova ou aula de reposição. Outra alternativa será a aplicação de trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega predefinidos.

O texto também prevê que as instituições de ensino terão dois anos para se adaptar às mudanças, caso o projeto vire lei.

Nova Veneza, em Santa Catarina, pode se tornar capital da gastronomia italiana

O município de Nova Veneza, em Santa Catarina, pode ganhar o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

O PLC 123/2017 segue para o Plenário. A autora, deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), argumenta que, com mais de

95% da população descendente de italianos, Nova Veneza pode ser considerada um pedaço da Itália em Santa Catarina.

O relator substituto do projeto, Dário Berger (PSDB-SC), mencionou que desde 2004 a cidade promove a Festa da Gastronomia Típica Italiana, em que, durante três dias, há shows, desfiles, atividades fol-

clóricas e comidas típicas, além do Carnevale di Venezia, que simula o carnaval veneziano e é a única comemoração no estilo feita fora da Itália.

Isso tem atraído turistas — foram mais de 200 mil no último evento — e os restaurantes de Nova Veneza passaram a assumir importância gastronômica nacional, servindo diariamente

cerca de dez mil pratos. A concessão do título seria uma justa homenagem, defendeu Dário.

Audiências

Os senadores aprovaram também requerimentos de audiência pública para instruir a análise do PLC 158/2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições

federais de ensino superior, e o PLC 4/2017, que institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar. Outra audiência vai debater a reprovação e a evasão em escolas públicas da educação básica. Também será tema de debate a descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Lídice critica governo por fechamento de fábricas de fertilizantes

O fechamento das fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras na Bahia e em Sergipe terá um impacto econômico e social devastador, disse Lídice da Mata (PSB-BA). Segundo a senadora, como consequência, outras fábricas serão fechadas.

A unidade de Camaçari (BA) possui 275 empregados, e 700 postos de trabalho podem ser fechados, se considerada toda a cadeia produtiva, destacou Lídice. Ela acusou o presidente da Petrobras, Pedro Parente, de repetidamente ameaçar privatizar a empresa, um patrimônio do Brasil, e disse que certamente o povo brasileiro não aprova sua ação.

Amorim questiona saída da Petrobras de mercado em expansão

Segundo Eduardo Amorim (PSDB-SE), com o fechamento de fábricas na Bahia e em Sergipe, a Petrobras pretende sair do mercado de fertilizantes.

O senador afirmou que o comércio do produto está em expansão no mundo, e que a demanda do Brasil é superior à produção atual, sendo que 75% dos fertilizantes usados no país são importados.

— Soberania na agricultura é questão de sobrevivência. Um país com visão estratégica não abriria mão disso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz comemora liberação para curso de medicina em Ji-Paraná

O credenciamento do município de Ji-Paraná (RO) para a criação de um curso de medicina com 50 vagas foi comemorado por Acir Gurgacz (PDT-RO).

De acordo com o senador, a decisão foi tomada pelo Ministério da Educação em uma audiência pública.

O senador também assegurou que haverá outros investimentos para instalar dez leitos de UTI no hospital municipal e construir um laboratório de análises clínicas e um pronto-socorro infantil em Ji-Paraná.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Paim, a vida da pessoa com deficiência precisa melhorar

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que o Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado hoje, sirva para mostrar o potencial desse segmento da sociedade e a necessidade de melhorar suas condições de vida.

Ele classificou como “instrumento de libertação” o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lembrando que atende a 46 milhões de brasileiros. O senador ressaltou, no entanto, que é possível avançar muito mais.

— Ainda são grandes os desafios para que as pessoas com os vários tipos de deficiência sejam, de fato, incluídas.

Elber defende fim de cobranças extras de aluguel em shoppings

Elber Batalha (PSB-SE) defendeu a aprovação do PLS 289/2007, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que proíbe a cobrança de mais de 12 prestações anuais em contratos de locação de imóveis urbanos.

Na opinião dele, a aprovação do projeto objetiva equilibrar a relação entre as partes.

— A harmonização das regras motivará o pequeno empreendedor a continuar gerando emprego e renda.

A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Desafio de revitalização do Rio São Francisco é financeiro, diz ministro

Helder Barbalho, da Integração Nacional, diz que governo pretende arrecadar recursos com multas do Ibama e privatização da Eletrobras

FALTAM VERBAS PARA a implementação do projeto de revitalização do Rio São Francisco, afirmou ontem o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Segundo ele, além dos orçamentos de cada órgão federal, o governo cogita medidas para arrecadação e direcionamento de recursos.

— O presidente [Michel Temer] orientou que o Ministério da Integração, sob a coordenação da Casa Civil, o Ibama e o Ministério de Minas e Energia encontrassem uma solução financeira para fazer suporte à questão orçamentária e pudéssemos viabilizar de maneira sustentável a revitalização — afirmou Barbalho.

O ministro informou que o governo trabalha com dois cenários prioritários para a garantia de recursos: a conversão da arrecadação de multas do Ibama e a privatização da estatal Eletrobras (PL 9.463/2018, na Câmara). A previsão é que com a privatização sejam disponibilizados R\$ 300 milhões anuais durante dez anos para a revitalização.

De acordo com a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), as previsões de recursos do go-



Senadoras Lídice e Fátima acompanham fala do ministro Helder Barbalho

verno são insuficientes para o projeto de recuperação. Ela afirmou que a oferta hídrica do rio é incerta a longo prazo e, por isso, as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional estão ameaçadas.

— O rio está morrendo e não tem recebido recursos para a sua revitalização. Sem revitalização não há transposição — disse.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), presidente da comissão, são necessárias ações integradas de impacto social e ambiental para a revitalização e a transposição do rio.

Ela citou como exemplos a ampliação do acesso ao saneamento básico, o descarte ade-

quado de lixo e as intervenções nas matas ciliares, que ficam nas margens dos rios.

— A vida do rio passa por ações concretas para poder cuidar da qualidade dessas águas. Não há como falar das obras no São Francisco sem falar das obras sociais e das ações de revitalização — afirmou.

Obras de transposição

Sobre o andamento das obras, Fátima Bezerra questionou o ministro em relação ao cronograma previsto para 2018. A senadora informou que a previsão anterior do ministério estabelecia que, no início deste ano, as águas chegariam ao Ceará e, até junho, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

— Nós entregaremos ainda neste semestre as águas ao Reservatório Jati (CE), assim, atendendo o estado do Ceará e liberando a água para o “caminho das águas” seguir o curso da transposição no Eixo Norte até os estados da Paraíba e depois do Rio Grande do Norte — respondeu o ministro.

Barbalho estimou o período de quatro meses para a chegada da água do Reservatório Jati até o Rio Piranhas-Açu, que se encontra no final do Eixo Norte.

Já sobre as obras do Ramal do Apodi (RN) — uma espécie de extensão do Eixo Norte —, ele afirmou que o projeto executivo está concluído e é estimado em R\$ 2,1 bilhões. Contudo, disse, não há recursos orçamentários suficientes para a execução.

As obras em andamento no Eixo Norte, porém, dispõem de R\$ 200 milhões ainda do orçamento de 2017 e de mais R\$ 300 milhões previstos do orçamento deste ano.

Apesar da sustentabilidade financeira, o ministro afirmou que existem problemas de atraso nas entregas da empresa prestadora de serviço contratada para a execução das obras.

O primeiro prazo de entrega das intervenções estava previsto para o ano passado.

Senado debate notícias falsas na internet em sessão temática

As *fake news* são um fenômeno que vem tomando proporção com o crescimento da internet. São boatos, rumores ou informações sem comprovação que são espalhadas deliberadamente por qualquer meio de comunicação, principalmente pela internet. O objetivo, em geral, é obter algum ganho político ou econômico. O tema será debatido em sessão temática no Plenário hoje, às 13h.

Requerida por Telmário Mota (PTB-RR), a sessão vai discutir o alcance, os problemas gerados e a necessidade de regulamentação. Na justificativa do requerimento, o senador explica que, como o assunto é novo, a necessidade de discutir e regulamentar a nova realidade é iminente.

“O tema está cada dia mais presente em discussões tanto no cenário político como no cotidiano dos cidadãos. Recentemente vimos a enxurrada de notícias falsas veiculadas a respeito da vereadora Marielle, que foi brutalmente assassinada, trazendo grande prejuízo à sua memória e transtorno para seus familiares que ainda sofrem com a perda”, afirma Telmário.

Além disso, segundo o senador, o debate é necessário, porque, “às vésperas de início do ano eleitoral, torna-se essencial mapear, estudar e controlar os padrões de uso desses mecanismos, a fim de evitar intervenções ilegítimas no debate, como já verificado em outros países”.

Participantes

Participarão o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Tarcísio Vieira, o presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Murillo Aragão, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Paulo Tonet Camargo, o diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, Leandro Colon, o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital, Frederico Ceroy, o consultor de segurança digital Daniel Nascimento e a presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, Angela Pimenta.

Debate destaca papel de polinizadores na agricultura

A presença de polinizadores em ambientes agrícolas aumenta a produtividade dos cultivos, apontaram especialistas ontem, em debate na Comissão de Agricultura (CRA). No entanto, eles destacaram que faltam investimentos em pesquisas e a definição de uma política pública para incentivar formas de manejo capazes de preservar mais de 20 mil espécies de insetos (como abelhas, borboletas e besouros), morcegos e pássaros. Mais de 40% dos polinizadores invertebrados — e 16% dos vertebrados — estão sob risco de extinção global.

No Brasil, ao menos 85 espécies de plantas cultivadas para alimentação humana e produção de fibras dependem da polinização animal. Estima-se o valor econômico da polinização, feita principalmente por abelhas, em US\$ 12 bilhões da produção nacional. Nas safras globais, o valor é estimado em US\$ 577 bilhões.

A perda de polinizadores pode causar uma crise na produção de alimentos e comprometer a segurança ali-



Senador Ivo Cassol (C) preside debate na Comissão de Agricultura sobre importância dos insetos polinizadores

mentar, segundo a professora da Universidade de São Paulo (USP) Vera Lucia Fonseca. Para o senador Lasier Martins (PSD-RS), é preciso elaborar um marco legal de apoio ao setor.

— Isso diz respeito a alimentos e sem alimentos a gente não sobrevive.

Os professores Braulio de Souza Dias, da Universidade de Brasília (UnB), e Breno Freitas, da Universidade Federal do Ceará, disseram que os avanços nas pesquisas e nas técnicas de manejo permitem uma convivência harmônica da agricultura com os animais. Já para a analista ambiental do Ibama Karina Cham, ainda que

as pesquisas sobre a abelha *Apis mellifera* tenham avançado nas últimas décadas, faltam estudos sobre outros polinizadores, o que dificulta avaliar o impacto dos pesticidas.

O uso inadequado de agrotóxicos é uma das principais ameaças aos polinizadores, segundo alguns debatedores. Outros problemas são a perda dos habitats naturais em decorrência do aumento da fronteira agrícola, os desmatamentos, os parasitas que atacam as colônias e as mudanças climáticas.

A representante do Sindicato da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, Paula Arigoni, disse que as empresas têm

incentivado a adoção de práticas de aplicação de defensivo agrícola mais seguras.

O presidente da Confederação Brasileira de Apicultura, José Soares Brito, pediu políticas públicas para o setor. Reforçar o elo entre a academia, os apicultores e os produtores rurais será, na avaliação da pesquisadora da Embrapa Carmen Pires, um dos principais desafios dessa política.

A diretora da Associação Brasileira de Estudo das Abelhas, Ana Lucia Assad, defendeu mais apoio à pesquisa, construção de parcerias público-privadas e uma política centrada no diálogo e na coexistência.

Igualdade de gênero é desafio, aponta debate

Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça, especialistas disseram que o Brasil ainda precisa avançar muito para reconhecer direitos iguais entre homens e mulheres

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 foi um marco positivo para questões referentes aos direitos da mulher, mas há ainda um longo caminho a ser trilhado. A avaliação foi feita pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) durante audiência feita ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Com o tema “Direitos das mulheres e a Constituição de 1988”, a reunião integrou a programação do Março Mulheres 2018 e as comemorações dos 30 anos da promulgação da Constituição.

Para Anastasia, é necessário buscar uma cultura de paz no Brasil. Mulheres e homens devem ter boa vontade para construir um país desenvolvido e civilizado, com reconhecimento do direito de todos.

— É no ambiente familiar que essa cultura de paz se forma. Quando a criança presencia agressões contra a mulher, ela vai achar natural que aquilo possa ser reproduzido — afirmou.



Eloísa, Anastasia, Ela e Viza na audiência pública da CCJ sobre direitos das mulheres e a Constituição de 1988

O juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Ben-Hur Viza disse que as fortes impressões culturais do país prejudicam o processo em defesa da mulher vítima de violência, mesmo com os avanços da Lei Maria da Penha. Segundo ele, é preciso questionar por que uma mulher desiste de

um processo judicial quando apanha do marido.

— A mulher pede medida protetiva, mas faz questão de dizer que não quer que o marido seja processado e preso. Mas aí a gente começa a refletir que ela aprendeu desde pequena que para a mulher ser feliz, ela precisa de um homem.

A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko afirmou que é imprescindível que o Brasil estude exemplos de outros países para alcançar o sucesso na igualdade de oportunidades às mulheres. A subprocuradora ressaltou ainda que há uma ofensiva no sentido de impedir o uso da palavra gênero nas políticas

públicas brasileiras.

— Fazer isso significa estar contra o direito das mulheres a não serem discriminadas e de sofrerem violência. Isso também viola os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em Direitos Humanos, o que pode fazer o país sofrer sanções pelo descumprimento dos mesmos — alertou.

Políticas públicas

Sobre cotas para mulheres na política, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o ideal seria a adoção de uma lista com alternância de homens e mulheres que levasse à quase paridade, sobretudo em relação ao piso para o fundo eleitoral.

A doutora em direitos humanos Eloísa de Almeida disse que mudanças na Constituição, como a Emenda do Teto de Gastos, afetam o respeito à igualdade.

— Perdem todos. E as mulheres, que não são nem livres, nem iguais, perdem mais.

Revista faz edição especial sobre Constituição



A Revista de Informação Legislativa (RIL), publicação do Senado voltada à divulgação de artigos inéditos predominantemente nas áreas de direito, ciência política e relações internacionais, lançará uma edição especial em comemoração aos 30 anos da Constituição, celebrados em 5 de outubro. Interessados em publicar artigo na edição

comemorativa devem enviar o texto para ril@senado.leg.br até 18 de maio.

Os e-mails têm de conter a indicação, no título ou no corpo do texto, de que o artigo enviado se destina à edição comemorativa. Antes de enviar o material, o interessado deve ler as orientações da página da RIL, afirma Thiago Adjuto, um dos revisores da revista.

— Decidimos não delimitar os artigos por temas porque consideramos que, muitas vezes, as reflexões não se limitam a apenas um aspecto ou área.

Cada artigo é submetido à análise de dois pareceristas. Como a avaliação é feita às cegas, o especialista não tem acesso à identificação do autor. O texto somente será aprovado para publicação caso obtenha dois pareceres favoráveis.

Para participar, o autor deve ter graduação, mestrado ou doutorado. Graduandos também podem enviar artigos, desde que em coautoria com doutores.

Conheça a revista <http://senado.leg.br/ril>

HÁ 30 ANOS

Temas polêmicos exigiam acordos para evitar impasses no Plenário

Dois temas polêmicos começam a ser votados: a duração dos mandatos presidenciais e o sistema de governo, anunciava o *Jornal da Constituinte* de 21 de março de 1988. Os parlamentares buscavam acordos para evitar “buraco negro”, o impasse em Plenário. Entre as aprovações da semana, o jornal citava a exigência de concurso para ingresso no serviço público e teto para a remuneração dos servidores. “É a prevenção contra os marajás,” dizia a publicação.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte40>

Ana Amélia aponta crime ambiental em rio da Amazônia

Ana Amélia (PP-RS) criticou a primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg, por não ter se pronunciado sobre o despejo ilegal de dejetos tóxicos no Rio Pará, na Amazônia, pelo conglomerado norueguês Norsk Hydro, que atua em mineração.

Em 2017, disse a senadora, Solberg “passou um pito” no presidente Temer e criticou o governo brasileiro pela corrupção e pelo desmatamento. A primeira-ministra também anunciou o corte pela metade do dinheiro enviado pela Noruega ao Fundo da Amazônia.

— É preciso ter coerência — afirmou Ana Amélia.



Reguffe condena aliciamento de deputados

Reguffe (sem partido-DF) condenou o aliciamento de deputados federais por partidos políticos por meio da oferta de verbas para o financiamento de campanhas.

— O Congresso virou um mercado persa, onde as pessoas estão se filiando a partidos não por convicção, mas sim por ofertas monetárias para as campanhas eleitorais. Isso é absolutamente inaceitável.

Ele criticou o controle pelos comandos das legendas das verbas públicas nas eleições, o que favorece determinados candidatos, além de dificultar a renovação política.



Rose sugere federalização da segurança pública

Rose de Freitas (PMDB-ES) manifestou pesar pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, no Rio.

Ela defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2017, de sua autoria. O texto federaliza a segurança, incorporando a polícia civil à Polícia Federal e unificando a polícia militar, que também teria caráter federal. O mesmo se daria com o corpo de bombeiros.

— A ideia da PEC que apresentamos é unificar e federalizar a segurança pública — afirmou a senadora.



Lindbergh condena notícias falsas sobre Marielle

Lindbergh Farias (PT-RJ) protestou em Plenário contra o que chamou de “assassinato simbólico”, por meio da difamação, da vereadora Marielle Franco, executada a tiros com seu motorista semana passada no Rio. O senador condenou a disseminação de notícias falsas na internet que buscam manchar a memória da vereadora. Ele citou artigo do jornal *El País* segundo o qual a morte de Marielle revela confronto entre “civilização e barbárie” no Brasil.

Para Lindbergh, os assassinatos de Marielle são aplaudidos pela elite e têm uma ideologia associada ao deputado federal Jair Bolsonaro e ao Movimento Brasil Livre.

Lopes defende derrubada de veto ao Refis das micros

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a derrubada do veto à lei que instituiu o programa de regulação tributária das micros e pequenas empresas. O veto deverá ser apreciado em sessão do Congresso, em abril.

O senador afirmou que a superação da crise dos últimos anos deve incluir a estratégia de valorização das micros e pequenas empresas, responsáveis por 54% dos empregos com carteira assinada no país. Ele disse que os dispositivos vetados assegurariam o recolhimento parcelado de débitos tributários das micros e pequenas empresas.

